

Às vinte e oito dias do mês de novembro de mil novecentos e oitenta e nove, na sala de Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Salvador do Sul, situada à Av. Duque de Caxias, nesta cidade de Salvador do Sul, reuniu-se o Legislativo Municipal, em sessão extraordinária, com a presença dos seguintes vereadores: Sérgio Luis Bries, Ari Miguel Weschenfelder, José Nelson Schaedler, José Wendelino Lettermann, Jocelir Barpes de Oliveira, Ari Gastão Petry, Paulo Filio, Paulo Jacob Hartmann e Pedro Waldemar Stein. Às 18 horas e 10 minutos, o Presidente da Mesa, vereador Sérgio Luis Bries, deu por iniciado os trabalhos do dia, solicitando ao Secretário da Mesa, vereador Ari Miguel Weschenfelder para que fizesse a chamada. Continuando, solicitou que fizesse a leitura da convocação. A seguir, solicitou que fizesse a leitura do Projeto de Lei que concede auxílio doença, do Projeto de Lei que autoriza o Executivo Municipal criar Tarifas Públicas, do Projeto de Lei que autoriza o Executivo Municipal a firmar contratos, do Projeto de Lei que revoga Leis nº 460/73 e 666/78, do Projeto de Lei que concede auxílio financeiro a entidade e Projeto de Lei do orçamento. Como não houvesse oradores, o presidente passou para a parte dos projetos de Lei, colocando em discussão o Projeto de Lei que concede auxílio doença. Colocou o vereador Jocelir Barpes de Oliveira que acha que falta colocar no projeto que a renda deve ser familiar. Colocou o Presidente que acha que a Prefeitura Municipal vai gastar muito dinheiro com este projeto. Colocou o vereador Ari Gastão Petry, que acha que a Prefeitura Municipal deve encaminhar cada caso para ser analisado pela Câmara de Vereadores. É que o ideal seria que fosse feita uma comissão de avaliação. O vereador Pedro Waldemar Stein colocou que acha a ideia do vereador Ari Gastão Petry muito boa. O vereador Paulo Jacob Hartmann colocou que se admira muito que a Prefeitura Municipal tenha encaminhado este Projeto, pois sempre se queixa de falta de dinheiro. Colocou o presidente, que não concorda que a Câmara deva analisar cada caso, pois assim todas as semanas a Câmara terá pilhas para analisar. Falou também, que ficará com o Projeto de Lei para conversar com o Executivo Municipal. Continuando, o Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei que concede Auxílio Financeiro a entidade. Colocou o vereador Jocelir Barpes de Oliveira que acha muito importante que as escolas recebam auxílio para excursão, principalmente quando estas são de estudos. Colocou o Presidente, que também acha muito importante, mas acha que todas as escolas tem direito de ganhar. Colocou o vereador Ari Miguel Weschenfelder que é da opinião que se o Executivo mar

da o Projeto e porque quer dar o auxílio e porque tem dinheiro para pagar. O Presidente colocou o Projeto em votação que foi aprovado por unanimidade. Continuando, o Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei que autoriza o Executivo Municipal a criar tarifas públicas. colocou o vereador Ari Miguel Weschenfelder que já existia uma lei sobre o assunto, por isto a está revogando e o novo projeto está mais completo. O Presidente colocou o Projeto em votação que foi aprovado por unanimidade. Continuando, o Presidente colocou em discussão e após em votação o Projeto de Lei que autoriza o Executivo Municipal a firmar contratos. O Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. Continuando, o Presidente colocou em discussão e após em votação o Projeto de Lei que revoga as leis n.º 460/73 e 666/78. O projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. Continuando, o Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei do Orçamento. colocou o vereador Ari Miguel Weschenfelder que acha que os vereadores devem analisar muito bem o Art. 3º, item I - d) b) e, em qualquer época do ano, créditos suplementares até o limite de 40% da despesa total autorizada. Que acha a porcentagem muito grande, dando muita liberdade ao Executivo Municipal. Que em anos anteriores o máximo foi de 25% e que já houve orçamentos com 5%. Os vereadores debateram sobre o assunto e ficou definido que seria autorizado 16%. Ainda, constataram que a verba para a Câmara havia diminuído, pois no ano passado era mais ou menos 5% do orçamento e este ano é de 2,5% do orçamento. Que na parte de investimento, o valor é muito baixo. Que a Câmara deverá adquirir, no próximo ano, máquina de calcular, telefone e outras para equipar a sua secretaria. O Presidente colocou que seria interessante encaminhar uma correspondência ao Secretário da Fazenda solicitando o que foi gasto da verba da Câmara neste ano. Os vereadores concordaram plenamente. Os vereadores constataram ainda, que a Câmara teria somente 3 dias para analisar e votar o Projeto de Lei do orçamento, o Presidente colocou aos vereadores que conversaria com o Executivo Municipal sobre este assunto, e, como não houvesse mais nada a tratar, o presidente deu por encerrada a Sessão. E, para que constasse lá na presente ata que após lida e achada conforme será assinada pelos vereadores presentes. Salvador do Sul, vinte e oito de novembro de mil novecentos e oitenta e nove.

[Handwritten signatures and notes]
3th
Paulo José